



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DA TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

**13ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à
Corrupção do Estado do Espírito Santo**

Data: 17 de Julho de 2014

Local: Sala dos Conselhos Superiores (DAOCS), no 2º andar da Reitoria da UFES, Vitória-ES

Horário: 14h a 16h

Participantes:

Helmut Mutiz D'Ávila, presidente do Conselho de Transparência – SECONT, **Rogelio Pegoretti Caetano Amorim**, Secretário Executivo do Conselho; **Bruno Pires Dias**, representante da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ; **Pedro Henrique Trindade de Souza**, representante suplente da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER; **Yuri Carlyle do A. A. Madruga**, representante suplente da Procuradoria Geral do Estado – PGE; **Angelo André Alderigues Lima**, representante da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento – SEP; **Vinícius Chaves**, representante da Defensoria Geral do Estado – DPES; **Eduardo Rios Santos**, representante do Tribunal de Contas do Estado - TCEES; **Ricardo Roberto Behr**, representante da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; **Edmar Moreira Camata**, representante da Transparência Capixaba – Transp. Capixaba; **Sandro Marcolano Perovano**, representante da Federação das Empresas de Transportes – FETRANSPORTES;

Conselheiros ausentes:

Edebrando Cavaliere, representante do Conselho Estadual de Ética Pública do Estado do Espírito Santo; **Marcos Roberto Alves Correa**, representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT; **José Carlos Nunes da Silva**, representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; **Emerson Rafael Cunha**, representante da Central Geral dos trabalhadores do Brasil – CGTB; **De'Arles Ferreira da Silva**, representante da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB; **José Lino Sepulcri**, representante da Federação de Comercio de Bens do Estado do Espírito Santo – FECOMÉRCIO; **Júlio da Silva Rocha Júnior**, representante da Federação Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo- FAES; **Suzana Tatagiba**, representante do Sindicato dos Jornalistas



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONSELHO DA TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

– SIND JORNALISTA;; **Arthur Carlos Gerhardt Santos**, representante da ONG Espírito Santo em Ação; **Gustavo Senna Miranda**, representante do Ministério Público – MPES. **Jorge Eloy Domingues da Silva**, representante da Associação de Representantes dos Bancos do Estado do Espírito Santo; **Henrique da Cunha Tavares**, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/ES; **Carlos Alberto Hansen**, representante da Federação das Indústrias do Espírito Santo – FINDES;

Convidado:

Rafael Grossi Gonçalves Pacífico, Auditor do Estado.

I - ABERTURA

Às 14h do dia 16 de Julho de 2014, na Sala dos Conselhos Superiores (DAOCS), no 2º andar da Reitoria da UFES, realizou-se a 13ª Reunião Ordinária do Conselho da Transparência Pública e Combate a Corrupção do Estado do Espírito Santo, contando com a participação dos Conselheiros e convidados mencionados acima.

I – DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

1. Saudação Inicial

O Secretário Executivo do Conselho, **Rogelio Pegoretti Caetano Amorim** iniciou a reunião saudando a todos, agradeceu a participação dos conselheiros membros do Conselho da Transparência Pública e Combate a Corrupção e apresentou a Pauta da reunião. Apresenta ao Conselho o novo Secretário de Estado de Controle e Transparência, senhor **Helmut Mutiz D'Ávila**, Auditor do Estado e que ocupava o cargo de Subsecretário de Ouvidoria Geral do Estado. Após, informou da nota obtida pelo Portal da Transparência na avaliação realizada pela ONG Contas Abertas, que o colocou o Espírito Santo em 1º lugar nacional na avaliação. Ainda explicou a nova consulta de “Servidores Desligados”, já ativa no Portal, onde podem ser



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONSELHO DA TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

pesquisados os servidores que deixaram o Poder Executivo Estadual.

2. Plano Nacional de Participação Social – Decreto federal nº 8.243/2014;

O representante da Transparência Capixaba, **Edmar Moreira Camata**, apresentou o Decreto Federal que cria o Plano Nacional de Participação Social. Destacou a regulamentação dos instrumentos de participação, como os conselhos de políticas públicas, comissões, conferências e ouvidoria federal.

Porém, a matéria é objeto de discussões em âmbito nacional sobre sua legalidade e, após discussões, deliberou-se por aguardar o desdobramento e, após, discutir novamente nas próximas reuniões do Conselho.

3. Lei de Responsabilização da Pessoa Jurídica - Lei nº 12.846/2013;

O Auditor do Estado **Rafael Grossi Gonçalves Pacífico** fez uma breve apresentação da recente lei federal de responsabilização da Pessoa Jurídica, conhecida como Lei Anticorrupção, e apresentou os principais aspectos, que são aplicados no âmbito federal. Informou que, apesar de vigente, a lei ainda carece de regulamentação do Poder Executivo Federal e diversos entes estão aguardando esse ato para também regulamentarem em sua área de abrangência.

O secretário executivo **Rogelio Pegoretti Caetano Amorim** ressaltou que o interesse em se aguardar a regulamentação federal é a uniformização de procedimentos, importante para as empresas e para o próprio poder público, visto que deve ser aplicada em todos os entes.

No entanto, como o prazo de regulamentação do Governo Federal já foi vencido, e o Estado tem necessidade de avançar com a matéria, o Secretário Executivo apresentou proposta de criação de Grupo de Trabalho com a finalidade de propor minuta de Decreto, tendo como



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONSELHO DA TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

participantes os representantes das seguintes entidades: SECONT, PGE, FETRANSPORTES, Transparência Capixaba e SEGER, o que foi aprovado por unanimidade.

4. Estudo de capacitação técnica dos conselheiros, a nível municipal e estadual por parte da ESESP;

O Secretário Executivo **Rogelio Pegoretti Caetano Amorim** retirou de pauta a discussão sobre esse ponto por não estar presente o conselheiro que suscitou essa discussão, se comprometendo a trazê-la na próxima reunião do Conselho.

5. Divulgação do número do CPF no Portal da Transparência;

O Secretário Executivo **Rogelio Pegoretti Caetano Amorim** informou que o número do CPF dos servidores públicos na consulta própria de servidores recebe uma máscara, sendo divulgada somente parte desse número. Porém, na consulta de despesa, o servidor que recebe diárias de viagem, por exemplo, tem a divulgação integral desse número. Tal fato gera constantes reclamações de servidores, visto que esse dado é visível também através da ferramenta de pesquisa Google. Discutiu-se sobre a possibilidade de mostrar, na consulta de servidores, o número do CPF integralmente, ou ainda, apresentar parcialmente na consulta de despesas. O representante da UFES, **Ricardo Roberto Behr**, questionou se o CPF não seria uma informação pessoal, protegida, então, pela Lei de Acesso à Informação. A maioria do Conselho opina por não ter problemas na divulgação integral do número do CPF, mas delibera por questionar a Procuradoria Geral do Estado e demais órgãos de segurança pública do Estado. Assim que houver resposta desses, o Conselho decidirá sobre o tema. Até então, as consultas ficarão como estão.

III - Encerramento



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONSELHO DA TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

Nada mais havendo a tratar, o Secretário Executivo do Conselho, **Rogelio Pegoretti Caetano Amorim**, agradeceu a presença de todos, agendou a próxima reunião para o dia 16 de Setembro de 2014, às 14h, na sede da Defensoria Geral do Estado e encerrou a sessão.